

O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO PROCESSO DE DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DOS HOMENS ARMADOS DA RENAMO EM MOÇAMBIQUE

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.926112430091>

Data de aceite: 30/09/2024

Sandra José Mabureza

Módulo de Negócios internacionais

Mestre Viegas Nhenge

Módulo de Negócios internacionais

ABSTRATO: Com o forte envolvimento da comunidade internacional, o Acordo de Paz Definitiva pôs fim a de guerra civil em Moçambique. O acordo de paz e as iniciativas pós-conflito da comunidade internacional tiveram sucesso na transformação da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) de um grupo rebelde em membros das forças de defesa. Os principais componentes do sucesso da comunidade internacional mais ampla na negociação da paz e na criação de condições para a estabilidade política foram (a) a provisão de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) antes da democratização, (b) a descentralização da ajuda humanitária e esforços de socorro, (c) apoio orçamental a sectores relevantes para a construção da paz. Embora imperfeito, Moçambique continua a ser um importante estudo de caso sobre como a comunidade internacional podem ajudar nas operações de Desmilitarização,

desmobilização e reintegração. Para investigar e analisar empiricamente os impulsores deste processo, foi utilizado um desenho de investigação qualitativo orientado para o estudo de caso **PALAVRAS-CHAVE:** DDR, Nações Unidas, Comunidade Internacional, Moçambique

THE ROLE OF THE INTERNATIONAL COMMUNITY IN THE PROCESS OF DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION OF RENAMO ARMED MEN IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT: With the strong involvement of the international community, the Definitive Peace Agreement put an end to the civil war in Mozambique. The peace agreement and the international community's post-conflict initiatives have succeeded in transforming the Mozambique National Resistance (Renamo) from a rebel group into members of the defence forces. The key components of the success of the wider international community in negotiating peace and creating conditions for political stability have been (a) the provision of disarmament, demobilisation and reintegration (DDR) prior to democratisation, (b) the decentralisation of humanitarian aid and relief efforts, (c)

budget support to sectors relevant to peacebuilding. Although imperfect, Mozambique remains an important case study on how the international community can assist in demilitarization, demobilization, and reintegration operations. To investigate and empirically analyze the drivers of this process, a qualitative research design oriented to the case study was used

KEYWORDS: DDR, United Nations, International Community, Mozambique

INTRODUÇÃO

A 6 de Agosto de 2019, líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) Ossufo Momade, e o candidato eleito, Filipe Nyusi, Presidente da República (2015- ao ano presente) e presidente da Frente de Libertação de Moçambique, em Maputo assinaram o Acordo definitivo de paz e reconciliação. O acordo teve seus objectivos focais: Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR). Na reforma constitucional parcial de Abril de 2018, inclui se também a descentralização do poder político, negociada entre o Presidente Nyusi e o antigo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, estes factos divergentes desempenham um lugar chave durante o ressurgimento da tensão armada no País, em 2012, e nas negociações de paz e reconciliação que se lhe seguiram. Neste contexto uma pesquisa específica sobre a actuação da comunidade internacional, para mediar conflitos armados em países membros fez se importante para compreender as tendências e a forma como a comunidade internacional vem implementando actividades com vista a dinamizar o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex combatentes. Numa primeira abordagem fez se o historial, a descrição do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração, mas adiante foi descrito o conceito e papel da comunidade internacional, seus esforços para que o uso da força armada deixasse de ser uma opção utilizada pelos homens da Renamo para resolução de conflitos. Também foi elaborado um estudo dos mecanismos da manutenção e solidificação da paz e possíveis dificuldades enfrentadas no âmbito da resolução deste conflito. A comunidade internacional desempenhou um papel chave, dentre as várias operações, tem se maior atenção as acções que visam a manutenção e consolidação da paz, que buscavam não somente a resolução do conflito armado como também o combate a todas as formas existentes de violência que poderiam contribuir para hostilidades na região. No passar dos anos em Moçambique verificou se tensões, problemas e conflitos armados de varias ordens, destes alguns foram causados, directa ou indirectamente, da luta por posse e controle de recursos, contestações eleitorais pelos partidos existentes. Estas ameaças impactam a paz nacional, pondo em risco toda segurança internacional, e é nestes contextos que a comunidade internacional assume um papel chave e fundamental, pois tem como missão a prevenção, monitoria e resolução de conflitos, prestando ajuda em assuntos humanitários, de reabilitação e reconstrução social e económica, diante destes factos surgiu o seguinte questionamento: ***Qual o papel da comunidade internacional na eficiência e eficácia do processo de DDR dos homens armados da Renamo em Moçambique?***

Este artigo teve como objectivo principal descrever o papel da comunidade internacional na eficácia e eficiência do desarmamento, desmobilização e reintegração dos homens armados da Renamo nas sociedades pós-conflito. Especificamente pretende-se:

- Explanar o historial do processo DDR.
- Apontar os entraves, causas e efeitos do DDR.
- Analisar o papel da comunidade internacional na eficácia e eficiência do DDR.

Para investigar e analisar empiricamente os impulsionadores da paz e da estabilidade em Moçambique, foi utilizado um desenho de investigação qualitativo orientado para o estudo de caso. A decisão de aplicar uma abordagem qualitativa baseou se no facto de que embora o processo de “ desarmamento, desmobilização e reintegração ” observado em Moçambique não seja adequado para testes estatísticos, ainda possui grande potencial para análise qualitativa (George & Bennett, 2005). Para realizar a pesquisa e reunir os dados necessários para este artigo, utilizei várias ferramentas de pesquisa. Primeiro, revisando a literatura existente e recolhendo dados secundários sobre a construção da paz em Moçambique junto de organizações internacionais de desenvolvimento e não-governamentais. Dessa forma, caracteriza-se exploratória pois realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre Desmilitarização, desmobilização e desarmamento na busca de maior conhecimento sobre o assunto e trazer clareza em relação ao problema estudado. Este tema de estudo nos remete para um conjunto de cenários complexas tanto ao nível sociopolítico, como ao nível geográfico e territorial. Com base nisso, considerou-se primordial usar fontes primárias, como a legislação e dados fiáveis que têm vindo a sair da UE, da ONU, bem como, em alguns depoimentos de políticos. Também se usaram, como fonte secundárias, análises críticas e doutrina de autores consagrados em matéria das relações internacionais e dados publicados.

REVISÃO DE LITERATURA

Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR)

Conceitos de desarmamento, desmobilização e reintegração

Segundo Memorando (2018)O DDR comporta um conjunto de acções interdependentes que se executam em cadeia a partir do ponto de conclusão do enquadramento de oficiais oriundos da RENAMO nas FADM e na PRM.

Desarmamento, o processo de recolha, entrega e tratamento final do armamento e artefactos bélicos na posse dos efectivos armados da Renamo; **Desmobilização**, o processo de passagem a vida civil dos efectivos armados da Renamo não integrados nas Forças Armadas de Moçambique; **Reintegração**, o processo de reinserção socioeconómica dos efectivos da Renamo, devidamente desmobilizados.

De acordo com Memorando (2018) o processo de DDR iniciou a 31 de Julho de 2019, com a desmobilização dos primeiros antigos guerrilheiros da Renamo na Base de Vunduzi, em Sofala. Este processo está a ser implementado no quadro do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, anexo do Acordo assinado para a Paz e Reconciliação Nacional, que assinou se a 06 de Agosto de 2019 pelo Presidente Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Ossufo Momade, abrangendo um total de 5.221 (cinco mil e duzentos e vinte e um) antigos guerrilheiros da Renamo. Enquadramento justo é o acesso a responsabilidades de direcção e comando no alto nível de hierarquia das FADM e outras unidades, como PRM, em conformidade com o acordado entre o Presidente Nyusi e Lider da Renamo Ossufo, salvaguardando a competência, mérito e profissionalismo.

Historial e descrição do processo desarmamento, desmobilização e reintegração

O DDR é parte integrante de um acordo assinado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, e pelo presidente da Renamo, Ossufo Momade, este acordo denominou se Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional, que marcou o fim do conflito armado que eclodiu entre 2014 e 2016, com a recusa da Renamo em reconhecer os resultados das eleições gerais de 15 de Outubro de 2014. O acordo de Maputo foi antecedido pelo Acordo de Cessação das Hostilidades Militares. Recuperado em (<https://www.dw.com/pt-002//>, 2019)

Segundo Nuvunga (2007) Para entender o processo de DDR é preciso recuar para 2014 e olhar para os eventos que se seguiram às eleições de 15 de Outubro desse ano, que deram vitória para a Frelimo e seu candidato Filipe Nyusi. O candidato da Renamo foi Afonso Dhlakama, que tinha estado nas matas de Gorongosa, em Sofala, até os dias que antecederam à assinatura do acordo de paz com Armando Guebuza. Dois dias depois da votação, a Renamo rejeita os resultados e abre uma fase de contestação, alegando fraude. De seguida interpôs recursos junto da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Conselho Constitucional, mas sem sucesso. Apresentou uma proposta de Governo de gestão, mas foi rejeitada em 26 de Novembro pela bancada parlamentar da Frelimo na Assembleia da República. Mais tarde, Dhlakama subiu o tom da contestação e exigiu governar seis províncias onde ganhou as eleições. Ameaçou boicotar a tomada de posse pelos seus deputados na Assembleia da República e inviabilizar o funcionamento normal das instituições, decisão revertida depois do primeiro encontro com Filipe Nyusi, em Maputo.

Neste período, a Renamo submete à Assembleia da República o projecto das Autarquias Provinciais, que foi reprovado em 30 de Abril pela Frelimo. A Renamo respondeu com a ameaça de implantação, à força, das autarquias provinciais e criação de uma polícia constituída pelos seus guerrilheiros. Recuperado em (<https://www.portaldogoverno.gov.mz/>, 2019).

A partir daqui começam ataques frequentes que evoluíram para uma tensão político-militar que se prolongou até à assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares em 2019. É este acordo que abriu caminho para DDR, como parte de um pacote maior na mesa das negociações entre as partes para o restabelecimento da paz. Recuperado em (<https://www.dw.com/pt-002/>, 2019).

Eficácia e eficiência do desarmamento, desmobilização e reintegração

Segundo De Brito (2010) as etapas do DDR para obterem êxito devem ser interligadas e serem implementadas de forma conjunta, ressalta ainda que não tem um conceito específico para as fases do DDR (desarmamento, desmobilização, reintegração). Cada uma das fases, possui seus objectivos, metas a alcançar e características definidas de forma particular.

Para Geffray (2010) nas operações do processo de DDR, o desarmamento contempla a recolha de armas pequenas e armamento dentro da região de conflito. É frequente requerer o agrupamento e acantonamento de combatentes. Faz-se necessário também o desenvolvimento e implementação de programas com vista a gerenciamento, armazenamento e posterior destruição do material bélico, armas, neste processo também esta incluso a retirada de minas.

Na segunda etapa, desmobilização é a fase pela qual cada grupo do conflito, inicia a desfazer as estruturas e bases militares, e os combatentes iniciam o processo de transformação para a vida normal, civil neste caso. Este processo contempla o registro dos combatentes, assistência com vista a capacita-los e a satisfação das necessidades e posterior liberação e transporte dos ex combatentes para as suas zonas de proveniência. Nalguns casos este processo é seguido do recrutamento dos ex combatentes para uma nova e uniforme força militar.

Segundo Höglund (2008) o processo de reintegração descreve-se pela capacitação dos ex combatentes e suas famílias a integrarem-se, no seio social e económico da comunidade, a vida civil normal. Nesta fase acontece a distribuição de compensações financeiras na forma de bens ou serviços, projectos de criação de empregos e fontes de renda e treinamentos. A reintegração tem sua eficácia condicionada a medidas mais abrangentes como a assistência a refugiados dos conflitos e civis deslocados que retornam ao lar, os níveis de desenvolvimento económico tanto na comunidade como no País, recuperação e reestruturação das infra-estruturas; o esforço para a reconciliação e possível restabelecimento da confiança, e a implementação da reforma institucional, que são aspectos chaves para o sucesso da reintegração em longo prazo.

Segundo Langa (2015) O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração dos combatentes é a primeira etapa na transição dos conflitos com vista a paz definitiva. A fase da desmilitarização pode ser implementada em tempos de Paz, para descrecer a dimensão das forças armadas e a redistribuição dos gastos públicos.

O processo de desarmamento é mais complexo em um contexto pós-conflito, em que vários grupos armados estão em dilema de segurança e fazendo a entrega das armas quando as estruturas da sociedade civil desfalecem e a economia encontra-se parada. E possibilitando os cidadãos a viverem através de meios com vista a convivência pacífica.

Conforme Nuvunga (2007) as ações do DDR tem sido implementadas em diferentes contextos pós-conflito, a partir das que iniciam com operações formais com vista a manutenção da paz até aquelas em os grupos conflitantes tentam separar-se por si sós.

Entraves, causas e efeitos do DDR

Para Novunga (2007) De acordo com Estudos sobre o DDR em Moçambique apontam como causas do seu fracasso, a aplicação de modelos que não são adequados a realidades locais, a falta de vontade política interna, a condução de programas de reintegração com soluções imediatas apenas para os ex-combatentes, deixando a comunidade local de fora.

Estes factores empurraram o DDR moçambicano ao fracasso, facto que originou cíclicos acordos de cessação das hostilidades militares que culminam com a realização de novos programas fracassados, sendo o primeiro em 1992, o segundo em 2014 e o terceiro em 2019

Segundo Langa (2015) O fecho do DDR está a ser visto como garantia de maior segurança para os moçambicanos devido à crença de que a Renamo, porque não tem armas, homens e desmantelou o seu quartel-general, não tem como voltar a realizar ataques. Aliás, era o desejável. É assim em todas as democracias normais. Não há partidos armados. Entretanto, se a última fase do DDR que é a reintegração não for bem gerida, a paz pode estar minada. Somos do entendimento de que o DDR não é em si mesmo a garantia para a paz definitiva, mas um meio para o seu alcance.

Para Mazula (1995) É preciso evitar, sobretudo por parte do Governo, a reedição dos erros cometidos depois do AGP. Foi o Governo que promoveu reformas compulsivas de ex-guerrilheiros da Renamo. Foi igualmente o Governo que marginalizou os chefes oriundos da Renamo nas FADM. A paz só é possível com uma reconciliação urgente entre os moçambicanos. A intolerância política (que inclui o uso dos esquadrões da morte para perseguir, torturar e assassinar opositores políticos), a exclusão política, económica e social das elites militares e políticas da Renamo, que têm sido as causas do retorno à guerra, ainda prevalecem em Moçambique. As eleições devem ser ganhas nas urnas e não com recurso a fraude.

De acordo Langa (2015) são muitos os impedimentos enfrentados pela ONU, na implementação do DDR. As Nações Unidas actuaram nas operações de desarmamento, desmobilização e reintegração, não podendo se afirmar que este processo tenha sua linha de acção bem desenhada por esta organização.

Segundo Bueno (2019) não aconselha a reprodução em local diferente do modelo de DDR, que teve êxito no passado em outro lugar, sem antes saber o problema no cenário em questão. Do mesmo modo que o processo de construção de paz, e avaliação de práticas funcionais de DDR, apontam alguns aspectos operacionais e planeamento, e não um modelo único a ser implementado.

De acordo Mazula (1995) descreve que há dois ideais da ONU para o desarmamento e desmobilização em fases de reestruturação de Estados: o processo de desenvolvimento, com vista na recuperação em prazo longo do País, e o processo de manutenção da paz, com atitudes e acções imediatas.

Para De Brito (2010) o processo de DDR, possui treinamentos, programas e projectos com a missão de, os ex combatentes possam retornar para as suas zonas de proveniência e fornecimento de capacitação para o trabalho, além de pequenas ajudas para que estes ex combatentes alcancem sobrevivência após seu retorno e pensões alimentícias para os veteranos de guerra e incapacitados. Escassos são os casos em que existem acções que garantam o sucesso na implementação de DDR em longo período. Deste modo mostra se primordial que as acções do DDR estejam enquadradas as actividades de reestruturação e reconstrução de Estados e aos demais contextos das operações de manutenção e consolidação da paz.

Deste modo, falta ao processo de DDR as operações de planeamento e acompanhamento em longo período, as acções do DDR não tem máximo impacto, cm caso do País não ser reformado, os conflitos combatidos em todos seus cenários e atingido um mínimo de crescimento e desenvolvimento.

Mazula (1995) Descreve que existem varias agências e programas desenhados pelas Nações Unidas, e algumas organizações não-governamentais internacionais e nacionais envolvidas nos processos de DDR. O facto de existir muitos atores envolvidos no planeamento e auxilio ao desarmamento, desmobilização e reintegração tem sua responsabilidade em uma das suas principais falhas: a falta de um ponto central no sistema da comunidade internacional que acompanhe e coordene essas operações.

De acordo com Geefray (2010) o processo de DDR com êxito depende, inicialmente, da capacidade operacional. Um processo bem planeado não pode garantir, o êxito do processo de DDR se a equipe confiada da operação não possui as habilidades exigidas para lidar com um grupo que merece total atenção Ex combatentes, doutro modo, uma óptima equipe, consegue, compensar e direccionar um projecto falho.

Contudo, há um número limitado de pessoal capacitado e com experiência para implementar um projecto de desmilitarização, desmobilização e reintegração. Neste cenário, o autor considera que medidas devem ser implementadas para encontrar, treinar e redistribuir estes especialistas capacitados, bem como oferecer treinamento para novo pessoal nesta área de relevância crescente seja um aspecto chave para aprimorar a qualidade das acções de DDR.

Para Bueno (2019) existem também problemas financeiros, não existindo financiamento único para DDR e a comunidade internacional depende de doações voluntárias para dar início às operações. Em certos contextos, alguns países não repassam directamente os recursos para as Nações Unidas, optando por intervir de forma directa, surgindo um problema: ausência de gerenciamento e acompanhamento das operações. A maioria das acções são executadas de forma isolada pelos Países ou entidades que estejam cooperando e acompanhando a situação, sem a devida articulação entre elas

De acordo com Memorando (2018) muitas das acções correspondentes ao DDR não dependem, unicamente das nações unidas, a ONU é de fundamental importância para a garantia da paz internacional. Deve-se também ao facto de a ONU não consegue centralizar a coordenação destas actividades. O processo de DDR e sua implementação é em muitos casos coordenado pelo governo e força de defesa embora que este processo esteja ligado à operação de paz.

Pelo facto de a ONU não possuir um órgão definido e específico ou um fundo para financiamento destas operações, implicando na capacidade desta organização realizar estas operações. Devido a este facto o desarmamento, desmobilização e reintegração são desempenhados por órgãos locais, o que infelizmente acaba não garantindo a imparcialidade, comprometimento e manutenção da paz. Ademais a falta de fundos, muitas vezes implica que estas actividades e acções dependam de doações externas. Pela possibilidade de poder haver um doador em cada local, e cada doador desenvolve seus próprios projectos e planos separadamente, a ausência de coordenação entre estas operações desenvolvidas chama a atenção a este facto.

O papel da comunidade internacional na eficácia e eficiência do processo de desarmamento, desmobilização

O processo de paz em Moçambique é financiado pela União Europeia em 62 milhões de euros, desembolsados através do Fundo de Desenvolvimento Europeu e do Instrumento de Contribuição para a Estabilidade e Paz. Desse valor, 12 milhões de euros vão para o processo de DDR; 35 milhões de euros financiam projectos de desenvolvimento das zonas afectadas pelo conflito armado em Sofala, Tete, Manica e Cabo Delgado; e 15 milhões vão para a governação democrática descentralizada. Recuperado em (<https://www.dw.com/pt-002/>, 2019).

A ONU, juntamente com um grupo empenhado de doadores bilaterais, desempenhou um papel vital no avanço e promoção da paz e segurança em Moçambique. A componente DDR da estratégia da ONU em Moçambique foi única em dois aspectos. Primeiro, a ONU forneceu aconselhamento especializado e formação vocacional aos excombatentes com base nas suas necessidades. Significativamente, a ONUMOZ e as agências doadoras ajudaram a estabelecer uma nova Força de Defesa Moçambicana – composta pelo governo e pela oposição. Recuperado em (<https://www.portaldogoverno.gov.mz/>, 2019)

Segundo o Memorando (2018) Embora o progresso global da DDR e a reforma do sector de segurança, incluindo o profissionalismo dos militares, ainda seja uma questão política importante em Moçambique até à data, foi alcançado algum sucesso. Setenta por cento dos soldados desmobilizados que receberam formação terminaram com emprego seguro após a saída dos campos (Novunga, 2019). Vários anos após o Acordo Definitivo de Paz, os soldados desmobilizados estavam bem integrados nas comunidades da sua escolha. A ONUMOZ recolheu mais de 200.000 armas e entregou-as à Força de Defesa de Moçambique.

Da mesma forma, foi conseguida uma redução das despesas militares. Antes de 2018, as despesas com a defesa eram a maior rubrica das despesas orçamentais anuais. Contudo, com o apoio da ONU e dos doadores, os recursos foram transferidos para os sectores sociais. Por exemplo, entre os orçamentos dos anos seguintes, os ministérios da educação e da saúde beneficiaram de aumentos significativos nas dotações de capital e recorrentes, enquanto os fundos para as forças armadas e outras agências de segurança foram reduzidos Recuperado em (<https://www.portaldogoverno.gov.mz/>, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora uma combinação de factores tenha sido responsável pelo surgimento e sobrevivência da paz e estabilidade em Moçambique, este artigo defende que um dos factores mais importantes por trás do sucesso de Moçambique estava os esforços eficazes, intensivos e coordenados da comunidade internacional, que estavam empenhados em fazer a paz funcionar e tinham relações de longa data com a Frelimo e a Renamo. O artigo mostra ainda que qualquer avaliação do papel e o desempenho da comunidade internacional em geral no apoio à paz sustentável em Moçambique requer uma apreciação e compreensão de quatro estratégias ou instrumentos de intervenção, nomeadamente: (1) assistência DDR, (2) assistência humanitária, (3) assistência política e eleitoral, e (4) apoio orçamental. No geral, o caso moçambicano reforça muitas das conclusões da literatura sobre o papel dos fiadores terceiros na garantia de acordos de paz negociados. Especificamente, fornece uma visão sobre o argumento de que a consolidação da paz externa liderada pela ONU tem mais probabilidades de ser bem-sucedida do que uma consolidação da paz unilateral por um Estado poderoso sem a aprovação da ONU. Mas, embora seja talvez difícil exagerar a importância e as contribuições positivas da comunidade internacional em geral na promoção da paz e da democracia em Moçambique, é também digno de nota salientar que os doadores de desenvolvimento muitas vezes têm as suas próprias agendas que são não é adequado ou é do interesse da população local. Consideramos que DDR é uma pedra angular importante para resolver definitivamente o conflito Frelimo-Renamo, que se arrasta desde 1977. Tendo sido um acordo da elite política ou um pacto entre elites partidárias, negociado praticamente sem receber reacções de potenciais dissidentes

problemáticos e da sociedade civil, acabou correndo o risco de não prestar atenção necessária aos discordantes dispostos ao descarrilamento do processo, observando que os seus interesses não foram visualizados nem considerados devidamente. Também não busca resolver as diversas causas do conflito agora oficialmente resolvido com o Acordo definitivo de paz, designadamente as diferenças de acesso aos recursos e ao poder, e processo eleitoral e os resultados das eleições passadas, consideradas manipuladas a favor do partido no poder. Por fim, o acordo é tácito quanto à substância da reconciliação.

REFERÊNCIAS

Berman, E. (2016). *Gestão de armas em processos de paz: Moçambique*. Genebra, Suíça: Unidos.

DE BRITO, L. (2010). *O sistema eleitoral: Uma dimensão crítica da representação política*. Moçambique: in IESE.

GEFFRAY, C. (2010). *Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.

HÖGLUND, K. (2008). *Violence in war-to-democracy transitions. In From War to Democracy. Dilemmas of Peacebuilding*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

<https://www.dw.com/pt-002//>. (17 de 09 de 2019). moçambique-assinado-o-acordo-de-paz-definitiva-e-reconciliação-nacional.

<https://www.portaldogoverno.gov.mz/>. (12 de 08 de 2019). Acordo-de-Cessacao-das-HostilidadesMilitares-e-conquista-de-todos-mocambicanos.

LANGA, L. (2015). *Moçambique 20 anos de Paz, que desafios para a sua manutenção e consolidação?* Maputo: Universidade Católica.

MAZULA, B. (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group.

Memorando, d. e. (2018). *assuntos militares*. Maputo/Gorongosa.

Miller. (2015). O papel da coordenação da polícia civil-militar no apoio à durabilidade.

Nuvunga, A. (2007). *Reconstrução pós-guerra em Moçambique: a ONUf undo fiduciário para ajudar exmovimento rebelde RENAMO*. Londres, Reino Unido: TIRI.